

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA

www.cunha.sp.gov.br

DECRETO Nº 12/2026

Pg. 1 de 3

REGULAMENTA A LEI Nº 906, DE 20 DE SETEMBRO DE 2001, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS COM FUNERAIS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E/OU RISCO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CUNHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUNHA, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a Lei nº 906, de 20 de setembro de 2001, que autoriza o Poder Executivo Municipal a custear despesas com funerais de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios e procedimentos administrativos para a concessão do benefício, garantindo transparência, padronização e segurança jurídica;

Decreta:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei nº 906, de 20 de setembro de 2001, estabelecendo critérios e procedimentos para a concessão de auxílio funeral às pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social no Município de Cunha.

Art. 2º. O auxílio funeral consiste na concessão de bens e serviços destinados à realização do funeral, observadas as condições previstas neste Decreto.

Art. 3º. Para fins de regulamentação da Lei nº 906/2001, o auxílio funeral poderá compreender os seguintes bens e serviços:

- I – urna funerária;
- II – véu;
- III – quatro velas;
- IV – paramentação conforme o credo religioso da família ou do falecido;
- V – sepultamento;
- VI – ornamentação com flores;
- VII – guia de sepultamento e placa de identificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA

www.cunha.sp.gov.br

DECRETO Nº 12/2026

Pg. 2 de 3

VIII – conservação do corpo, quando necessário;

IX – traslado do corpo, quando necessário.

Art. 4º. O auxílio funeral será concedido às famílias que comprovadamente se encontrem em situação de vulnerabilidade ou risco social, mediante avaliação técnica realizada pelo órgão municipal competente da área de assistência social.

Art. 5º. A solicitação do auxílio funeral poderá ser realizada por familiar do falecido, responsável legal ou por pessoa que comprove vínculo com o falecido, junto ao órgão municipal responsável pela assistência social.

Art. 6º. Compete à Secretaria Municipal responsável pela política de assistência social:

I – analisar os pedidos de concessão do auxílio funeral;

II – verificar a condição de vulnerabilidade ou risco social da família;

III – autorizar a concessão do benefício, quando atendidos os requisitos estabelecidos neste Decreto;

IV – adotar as providências administrativas necessárias para a execução dos serviços funerários.

Art. 7º. O Poder Executivo poderá firmar contratos, convênios ou outros instrumentos legais com empresas prestadoras de serviços funerários para a execução dos serviços previstos neste Decreto, observada a legislação vigente.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 9º. A Secretaria Municipal responsável pela assistência social poderá expedir normas complementares para a adequada execução deste Decreto.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cunha em 10 de abril de 2026.



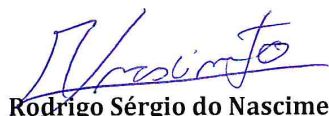
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA



www.cunha.sp.gov.br

DECRETO Nº 12/2026

Pg. 3 de 3


Rodrigo Sérgio do Nascimento
Prefeito

Registrado e publicado por Editais, na data supra.


Idmauro Telles de Siqueira Neto
Diretor Administrativo